



2026/1790

21.7.2026

DECISÃO (UE) 2026/1790 DO CONSELHO

de 14 de julho de 2026

que autoriza os Estados-Membros da União Europeia a aceitar, no interesse da União Europeia, a adesão de Cabo Verde à Convenção da Haia de 1980 sobre os Aspetos Cíveis do Rapto Internacional de Crianças

O CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, nomeadamente o artigo 81.º, n.º 3, em conjugação com o artigo 218.º, n.º 6, segundo parágrafo, alínea b), e o artigo 218.º, n.º 8, segundo parágrafo,

Tendo em conta a proposta da Comissão Europeia,

Tendo em conta o parecer do Parlamento Europeu ⁽¹⁾,

Considerando o seguinte:

- (1) A União definiu como um dos seus objetivos a promoção da proteção dos direitos da criança, tal como previsto no artigo 3.º do Tratado da União Europeia. As medidas destinadas a proteger as crianças contra a sua deslocação ou retenção ilícitas são um elemento essencial dessa política.
- (2) O Regulamento (UE) 2019/1111 do Conselho ⁽²⁾ visa proteger a criança contra os efeitos prejudiciais resultantes da deslocação ou retenção ilícitas e estabelecer procedimentos que garantam o regresso sem demora da criança ao Estado da sua residência habitual, bem como assegurar a proteção dos direitos de visita e de guarda.
- (3) O Regulamento (UE) 2019/1111 completa e reforça as disposições da Convenção da Haia, de 25 de outubro de 1980, sobre os Aspetos Cíveis do Rapto Internacional de Crianças (a «Convenção da Haia de 1980»), que estabelece, a nível internacional, um sistema de obrigações e de cooperação entre Estados Contratantes e entre autoridades centrais e que visa garantir o regresso imediato das crianças ilicitamente deslocadas ou retidas.
- (4) Todos os Estados-Membros são Partes na Convenção da Haia de 1980.
- (5) A União incentiva os Estados terceiros a aderirem à Convenção da Haia de 1980 e apoia a sua correta aplicação através, por exemplo, da participação, juntamente com os Estados-Membros, em comissões especiais organizadas regularmente pela Conferência da Haia de Direito Internacional Privado.
- (6) Um regime jurídico comum aplicável entre os Estados-Membros e os Estados terceiros pode ser a melhor solução para casos sensíveis de rapto internacional de crianças.

⁽¹⁾ Parecer de 17 de junho de 2026 (ainda não publicado no Jornal Oficial).

⁽²⁾ Regulamento (UE) 2019/1111 do Conselho, de 25 de junho de 2019, relativo à competência, ao reconhecimento e à execução de decisões em matéria matrimonial e em matéria de responsabilidade parental e ao rapto internacional de crianças (reformulação) (JO L 178 de 2.7.2019, p. 1, ELI: <http://data.europa.eu/eli/reg/2019/1111/oj>).

- (7) A Convenção da Haia de 1980 determina que a adesão produz efeitos nas relações entre o Estado aderente e os Estados Contratantes que tenham declarado aceitar essa adesão.
- (8) A Convenção da Haia de 1980 não permite que organizações regionais de integração económica como a União se tornem numa Parte Contratante. Por conseguinte, a União não pode aderir à Convenção da Haia de 1980 nem depositar uma declaração de aceitação de um Estado aderente.
- (9) Segundo o Parecer 1/13 do Tribunal de Justiça da União Europeia ⁽³⁾, as declarações de aceitação a título da Convenção da Haia de 1980 inserem-se no âmbito da competência externa exclusiva da União.
- (10) Cabo Verde depositou o instrumento de adesão à Convenção da Haia de 1980 em 4 de outubro de 2022. A Convenção da Haia de 1980 entrou em vigor para Cabo Verde em 1 de janeiro de 2023.
- (11) A avaliação da situação em Cabo Verde levou a concluir que os Estados-Membros estão em posição de aceitar, no interesse da União, a adesão de Cabo Verde nos termos da Convenção da Haia de 1980.
- (12) Por conseguinte, os Estados-Membros devem ser autorizados a depositar a sua declaração de aceitação da adesão de Cabo Verde, no interesse da União, nos termos fixados na presente decisão.
- (13) A Irlanda está vinculada pelo Regulamento (UE) 2019/1111 e, por conseguinte, participa na adoção e aplicação da presente decisão.
- (14) Nos termos dos artigos 1.º e 2.º do Protocolo n.º 22 relativo à posição da Dinamarca, anexo ao Tratado da União Europeia e ao Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, a Dinamarca não participa na adoção da presente decisão, não ficando por ela vinculada nem sujeita à sua aplicação,

ADOTOU A PRESENTE DECISÃO:

Artigo 1.º

1. Os Estados-Membros são autorizados a aceitar, no interesse da União, a adesão de Cabo Verde à Convenção da Haia de 1980.
2. O mais tardar até 15 de julho de 2027, os Estados-Membros devem depositar uma declaração de aceitação, no interesse da União, da adesão de Cabo Verde à Convenção da Haia de 1980, com a seguinte redação:

«[Nome oficial do ESTADO-MEMBRO] declara que aceita a adesão de Cabo Verde à Convenção da Haia, de 25 de outubro de 1980, sobre os Aspectos Cíveis do Rapto Internacional de Crianças, em conformidade com a Decisão (UE) 2026/1790 do Conselho (*).

(*) JO L, 2026/1790, 21.7.2026, ELI: <http://data.europa.eu/eli/dec/2026/1790/oj>»

3. Os Estados-Membros devem informar o Conselho e a Comissão do depósito da respetiva declaração de aceitação da adesão de Cabo Verde e comunicar à Comissão o texto dessa declaração no prazo de dois meses a contar do seu depósito.

⁽³⁾ ECLI:EU:C:2014:2303.

Artigo 2.º

A presente decisão entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*.

Feito em Bruxelas, em 14 de julho de 2026.

Pelo Conselho

O Presidente

T. BYRNE
